



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 141 NÚMERO 3083 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
OUTUBRO 2020 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



SINDICALISMO

Há 50 anos, nasceu a CGTP-IN

Através de muito sacrifício e luta coletiva, nasceu há 50 anos, em plena ditadura fascista, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Portugueses. Começou por se chamar Intersindical. A CGTP-IN, a maior or-

ganização social do país, conta com 556 363 associados, mais 5863 sócios do que há quatro anos. Um baluarte de resistência e conquistas de quem trabalha. **págs. 6 a 9**



Presidenciais: conhecidos primeiros candidatos

A três meses das eleições presidenciais já são conhecidos vários pré-candidatos a Belém. João Ferreira, Marisa Matias, Ana Gomes, Tino de Rans, Tiago Mayan Gonçalves, Bruno Fialho e André Ventura já manifestaram a vontade de concorrer à Presidência da República, cargo que desempenha, desde 2015, Marcelo Rebelo de Sousa, que ainda não anunciou a candidatura. **pág. 12**



Sindicato critica Inês de Medeiros

No dia em que estalou a polémica das declarações da presidente da Câmara Municipal de Almada sobre o Bairro Amarelo, os trabalhadores da autarquia empreenderam mais um protesto contra as políticas do executivo local. Segundo o STAL, Inês de Medeiros tentou boicotar o plenário dos funcionários e não respondeu ao pedido de reunião dos trabalhadores. **pág. 11**



JORNAL

A Voz do Operário

Foi a 11 outubro de 1879 que um grupo de trabalhadores tabaqueiros fundou aquele que é hoje o mais antigo jornal operário português em circulação. Sem voz nos meios das elites, esta Voz chegou há 141 anos para retratar as aspirações e o dia-a-dia de quem vive do seu trabalho. **pág. 16**



A VOZ DO OPERÁRIO Restrições afetam crianças

Sérgio Gaitas, diretor pedagógico no Espaço Educativo da Graça, analisa o impacto sobre as crianças das restrições anunciadas pelo governo sobre o ensino no âmbito da pandemia do novo coronavírus. **pág. 5**



Um cemitério chamado Colômbia

O assassinato policial de um cidadão comum, depois de receber várias descargas de uma pistola elétrica e de ser torturado numa esquadra, serviu de rastilho para violentos distúrbios em Bogotá e outras cidades da Colômbia. Foi a enésima revolta popular num país fustigado por uma violência praticamente centenária. Durante os protestos, as autoridades mataram 14 manifestantes. **pág. 14**

A luta pela defesa da liberdade

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

A luta pela liberdade é indissociável da luta por uma vida melhor, pela construção de uma sociedade mais justa, em que sejam erradicadas a pobreza e as desigualdades sociais, em suma, uma sociedade sem exploradores nem explorados.

A pretexto da atual situação, o grande capital vem procurando impor uma maior exploração dos trabalhadores, com novos ataques aos seus direitos e quebra dos seus rendimentos, tentando igualmente coartar as suas liberdades, utilizando a Covid19 como o papão para reduzir a sua capacidade reivindicativa.

Basta ouvir os dirigentes dos partidos da direita reacionária, a propósito de tudo o que sejam iniciativas dos trabalhadores, bem como os comentadores ao serviço do grande capital que encharcam a comunicação social, para percebermos que têm como desígnio o cerceamento da liberdade, designadamente daqueles que dão a cara pelas causas dos trabalhadores e do povo.

Tal foi patente aquando das celebrações do 25 de Abril, bem como da campanha que fizeram a propósito da jornada do 1º de Maio, campanha essa que curiosamente já não utilizaram relativamente à realização de outros eventos.

A campanha daqueles que ainda não desistiram de acertar contas com o 25 de Abril, teve agora um novo enfoque no combate à Festa do Avante, aterrorizando os portugueses quanto aos riscos associados à sua realização.

A falsidade e a mentira foram a base desta campanha, recorrendo a todos os meios, designadamente com a manipulação de capas de jornais estrangeiros, sendo depois tudo divulgado como se fosse a mais pura das verdades, seguindo o velho exemplo nazi.

Destacadas figuras da direita vieram à praça pública invocar hipocritamente razões sanitárias para impedir a Festa, ignorando o quanto desprezaram e maltrataram o Serviço Nacional de Saúde e o mal que fizeram ao direito à saúde dos portugueses, desvalorizando serviços, encerrando milhares de camas, reduzindo o número de profissionais, aos quais também foram atacados salários, horários e carreiras.

Com o pretexto de que constituiria um grande risco em termos sanitários, apre-

sentaram abundantemente imagens de anos anteriores da Festa, com os vários espaços cheios de gente. Curiosamente, a grande maioria dessas peças nunca antes haviam sido publicadas, porque então lhes interessava censurar e esconder a grande pujança e manifestação de cultura e alegria que sempre caracterizaram a Festa do Avante.

Mentiram insistindo na ideia que os festivais estão proibidos e fingindo não ver a realização de dezenas de festivais e espetáculos, ao ar livre ou em espaços fechados, praias cheias, atividades religiosas retomadas.

Mas a Festa realizou-se, mantendo a sua característica de maior evento político-cultural que anualmente se realiza em Portugal, plena de alegria e vitalidade, combatendo o medo e dando esperança e confiança na luta por um futuro melhor.

Sim, foram cumpridas exemplarmente todas as precauções sanitárias, mesmo nos aspetos cujo grau de exigência foi superior ao que tem sido estabelecido para outras iniciativas realizadas no país.

Curiosamente, agora a comunicação social já não falou dos riscos da realização da Festa, apenas indicando timidamente que as regras sanitárias foram cumpridas, voltando aos velhos métodos de esconder a sua amplitude, tentando de novo apoucar a mais importante iniciativa político-cultural do nosso país, ao mesmo tempo que branquearam a posterior ocorrência de outras iniciativas com elevada concentração de pessoas e sem as mais básicas condições de segurança, essas sim com elevado risco de contágio.

Passados 75 anos após a Vitória sobre o nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial e 46 anos do 25 de Abril, a luta pela defesa da liberdade impõe a firme denúncia e ação que contrarie a deriva cada vez mais reacionária, autoritária e fascizante em curso.

E nessa luta saudamos a CGTP-IN, a grande central sindical dos trabalhadores portugueses que em 1 de outubro comemora 50 anos de história, perenes na luta pela liberdade e na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Não fora a luta dos trabalhadores, organizados na sua CGTP-IN, que a atual situação de exploração seria ainda mais grave. Só com a luta impediremos que a pretexto da Covid19 se ponham em causa direitos tão arduamente alcançados.

EDITORIAL

Meio século de Intersindical

Há 50 anos, em plena ditadura fascista, houve mulheres e homens que desafiaram o medo e lançaram as sementes para a rutura com o sindicalismo corporativo e a construção de uma central sindical de classe com mais de meio milhão de associados. A CGTP-IN é hoje a mais importante organização sindical do país e transporta consigo os interesses e as aspirações de quem trabalha.

São muitas as gerações de trabalhadores que de forma organizada construíram processos de luta mais específicas ou mais gerais que conduziram à conquista de direitos ou que serviram de barreira à sua retirada.

Se assistimos na atualidade a uma ofensiva mediática para pagar todo o tipo de preconceitos contra os sindicatos, isso não é alheio à necessidade que os grupos económicos e financeiros têm de enfraquecer a força do movimento sindical de classe.

Perante a crise económica e financeira, agravada pela pandemia, a CGTP-IN é a melhor arma de todos os que trabalhamos para fazer frente aos retrocessos que nos querem impor.

A Voz do Operário, jornal que dá nome à instituição, foi fundado justamente num mês de outubro de 1879, há 141 anos, por operários tabaqueiros para terem um meio através do qual denunciar as miseráveis condições de trabalho que não tinham eco nas publicações das elites económicas.

Este, que é o mais antigo jornal operário português em circulação, carrega em ombros os mesmos princípios que num dia 11 deste mês proclamaram as mulheres e homens que não tinham mais para vender do que a sua força de trabalho. Quase século e meio depois, a classe trabalhadora continua a ser a que tudo produz sem nada lhe pertencer. Quase século e meio depois, continuamos dispostos a mudar tudo isso.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt

DIRETOR Domingos Lobo

DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge

FOTOGRAFIA Nuno Agostinho

COLABORADORES Ana Sofia, André Levy, Bruno Amaral de Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais

REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa

IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro

N.º DE REGISTO NA ERC 107759

DEPÓSITO LEGAL 6394/84

PERIODICIDADE Mensal

TIRAGEM 3.500 exemplares

ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



Fado

4.ª Gala de Fado d'A Voz do Operário já tem programa



O prémio revelação, Catarina Dionísio, atuou no final da apresentação do programa.

Decorreu no passado 21 de setembro a apresentação do programa da 4.ª Gala de Fado d'A Voz do Operário. A sessão teve lugar no auditório João Hogan, na sede da instituição, com uma participação que, segundo Vítor Agostinho, diretor-geral d'A Voz do Operário, superou as expectativas, considerando o contexto pandémico. O diretor, dirigindo-se aos presentes, demonstrou o contentamento

da organização face à realização da gala, comprometendo-se com a adoção das medidas necessárias - desde logo a redução da lotação da sala - a fim de garantir a segurança de todos os participantes.

Num segundo momento, Rita Morais, membro da organização, anunciou o programa da edição de 2020, relembrando que a Gala é constituída por duas vertentes

principais: o espetáculo de vários fadistas convidados e a atribuição de prémios a "figuras que prestaram ou vêm prestando um papel destacado na história e revelação do fado enquanto expressão cultural, bem como para A Voz do Operário". Assim, a 4.ª edição do evento irá atribuir os seguintes prémios: Prémio Tributo a Jorge Fernando; Prémio Compositor Guitarra a Arménio de Melo; Prémio Compositor Viola a Nel Garcia; Prémio Lisboa a Maria José Valério; Prémio Solidariedade a Sérgio Godinho; Prémio Popular a Conceição Ribeiro; Prémio Carreira a Maria da Fé e Nuno Aguiar; Prémio Divulgação à ACOF - Associação Cultural o Fado; Prémio Poesia e Literatura a Maria do Rosário Pedreira; Prémio Revelação a Bruno Alves e Catarina Dionísio; Prémio Artes e Espetáculo a Filipe La Fera.

Já os músicos convidados serão, nesta 4.ª edição, Patrícia Costa, Duarte, Fernanda Moreira, Jorge Baptista da Silva, Maria Emília e Maria Mendes. A acompanhar todos os cantores, estarão os instrumentistas Alexandre Silva, na viola, Nuno Lourenço, na viola baixo e Pedro Amendoeira, na guitarra portuguesa.

Os bilhetes já estão à venda e custam entre 7,5€ e 15€.

A organização relembrou ainda que esta gala se distingue pelo caráter solidário, contando com a participação voluntária todos os artistas. O objetivo, a par da divulgação do fado enquanto expressão cultural e do reconhecimento público das suas personalidades, consiste na angariação de fundos para as obras de requalificação do salão de festas d' A Voz do Operário.

No final da apresentação do programa, houve lugar à atuação dos prémios revelação, Bruno Alves e Catarina Dionísio, que assim fizeram antever um pouco do espetáculo que se realizará no próximo dia 8 de novembro, pelas 15 horas, no icónico salão de festas da centenária instituição.

PUBLICIDADE



PROGRAMA

SEXTA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO,
20 HORAS
A VOZ DO OPERÁRIO - GRAÇA
ABERTURA DA EXPOSIÇÃO
CARTAZES DO HOT

SEXTA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO,
21 HORAS
A VOZ DO OPERÁRIO - GRAÇA
BERNARDO MOREIRA
SEXTETO
ENTRE PAREDES

João Moreira - Trompete
Tomás Marques - Saxofone
Mário Delgado - Guitarra
Ricardo Dias - Piano
Bernardo Moreira - Contrabaixo
Joel Silva - Bateria

SÁBADO, 10 DE OUTUBRO,
16 HORAS
A VOZ DO OPERÁRIO - GRAÇA
CONVERSA:
PORTUGAL E O JAZZ

Com: Beatriz Nunes, Gonçalo Marques e
Demian Cabaud
Moderação: Sérgio Machado Letria

SÁBADO, 10 DE OUTUBRO,
17 HORAS
LARGO DE SANTA MARINHA
QUANG NY LYS

Rita Maria - Voz
João Mortágua - Saxofone
Mané Fernandes - Guitarra

SÁBADO, 10 DE OUTUBRO,
21 HORAS
A VOZ DO OPERÁRIO - GRAÇA
CÉSAR CARDOSO ENSEMBLE
DICE OF TENORS

César Cardoso - Saxofone
Luís Cunha - Trompete
José Soares - Saxofone
Lars Arens - Trombone
Jeffery Davis - Vibrafone
Óscar Graça - Piano
Demian Cabaud - Contrabaixo
Marcos Cavaleiro - Bateria

DOMINGO, 11 DE OUTUBRO,
11 HORAS
A VOZ DO OPERÁRIO - GRAÇA
O JAZZ É FIXE!
(PARA PAIS E FILHOS)

Vânia Couto - Voz
Alvaro Rosso - Contrabaixo
João Mortágua - Saxofone

DOMINGO, 11 DE OUTUBRO,
18 HORAS
A VOZ DO OPERÁRIO - GRAÇA
SONGBIRD

Luís Figueiredo - Piano
João Hasselberg - Contrabaixo

PROGRAMA PARALELO:
- OFICINA DE ILUSTRAÇÃO DE ANDRÉ LETRIA
COM ALUNOS D'A VOZ DO OPERÁRIO (6 E 7 DE OUTUBRO)
- PONTO DE VENDA DE DISCOS E LIVROS PELA JAZZ MESSAGERS
- RECOLHA DE BENS: ALIMENTOS NÃO-PERECÍVEIS, PRODUTOS DE
HIGIENE PESSOAL E DE LIMPEZA, PARA A UNIÃO AUDIOVISUAL

BILHETES À VENDA NA TICKETLINE E NA VOZ DO OPERÁRIO

MEDIA PARTNER



APOIOS:



RESISTÊNCIA

As lições de Agostinho da Silva n'A Voz do Operário



Agostinho da Silva, preso político em 1943 (Arquivo PIDE/DGS, Torre do Tombo).

Luís Carvalho, investigador

A qualidade do ensino n'A Voz do Operário tem fundas raízes históricas. Há todo um trabalho ao longo de gerações, com colaboração de alguns dos mais notáveis pedagogos portugueses. Um exemplo é o professor Agostinho da Silva e o seu contributo, entre 1939 e 1942.

Anos sombrios

Para quem não os tenha vivido, será “inimaginável” o “poço que era a vida social portuguesa” nesses anos, dizia Vitor de Sá, historiador marxista e discípulo de Agostinho da Silva. O “obscurantismo” da ditadura de Salazar, dentro do país, era acirrando pelos avanços e vitórias militares de outros regimes fascistas na Europa - da Guerra Civil de Espanha à fase inicial da 2ª Guerra Mundial.

Agostinho já tinha sido vítima da repressão política, ao ser expulso e proibido de dar aulas nas escolas estatais. Mas nesses anos sombrios desenvolveu uma “fecunda pedagogia social e cívica”, através de “conferências nas associações populares” e de “publicações com o cunho de divulgação”, como pequenas biografias e cadernos de iniciação cultural. Foi uma forma de “contestação” à ditadura. [Vitor de Sá (1994), *Agostinho da Silva, trinta e tal anos...*, p.8 e 10].

Com Fernando Rau

É dessa fase da vida de Agostinho da Silva que faz parte a ligação com A Voz do Operário. Em Julho de 1939, aqui surge a realização de uma conferência sobre “Cartas sem palavras”, no âmbito de uma exposição de trabalhos escolares. Quatro meses depois, colabora na dinamização da Biblioteca Infantil então criada n'A Voz do Operário por iniciativa do seu amigo Fernando Rau.

Sobre o trabalho que desenvolveu, vale a pena ‘ou-

vir’ o que então se disse neste jornal:

“O ilustre professor sr. Agostinho da Silva, realizou [...] na Biblioteca Infantil da nossa Sociedade, três brilhantíssimas lições subordinadas aos títulos: Aves, Fabricação do papel e Picard na estratosfera.

Todas elas despertaram verdadeiro interesse nos alunos que tiveram a felicidade de o poder ouvir. A segunda lição, muito completa, dando lugar ao ilustre professor para expor, em linguagem amena e correctíssima, todas as fases do fabrico do papel, entusiasmou as crianças.

A terceira [...] foi sobre os trabalhos do célebre professor Picard na estratosfera e futuros projectos de descida ao fundo dos mares.

Lição que tanto interessaria também muitos adultos, foi escutada com grande interesse, mostrando bem a inteligência e cultura de quem tão amável e desinteressadamente trabalha pelo aperfeiçoamento do ensino.

A Voz do Operário, que se sente honrada com a colaboração de tão distinto professor, dá o devido o relevo a tais lições, que tanto contribuem para elevar o nível mental dos seus educandos”. [A Voz do Operário, Dezembro 1939, p.4].

Divulgação cultural

Ainda em Dezembro de 1939, Agostinho profere aqui uma conferência sobre “A história do Canal do Suez”. Em Março de 1940 volta a colaborar na Biblioteca Infantil, com uma lição sobre “Abelhas”. Em Junho e Julho de 1941 participa num ciclo de “palestras de divulgação cultural”, também da iniciativa de Fernando Rau. Aborda então os “Traços fundamentais da civilização grega”, em pelo menos duas conferências.

Em 1942, volta a colaborar na Biblioteca Infantil, no âmbito de “lições acompanhadas de projecções”. Nesse ano, serviu também de cicerone na exposição alusiva ao centenário do nascimento de um dos pais fundadores do movimento operário e socialista em Portugal - o poeta Antero de Quental. E terá ainda proferido uma conferência sobre “A moral e o indivíduo”.

Preso político

Em 1943... Agostinho foi preso. Esteve três semanas encerrado numa cela solitária do Aljube. No ano seguinte foi-se embora de Portugal e veio a ter uma brilhante carreira como professor universitário, no Brasil.

Apesar da censura salazarista, A Voz do Operário não deixou passar o ano da prisão do seu sócio Agostinho da Silva sem lhe expressar publicamente o seu apreço. A propósito de mais dois dos seus volumes de divulgação cultural para jovens, aqui se apontou o seu “inestimável valor pedagógico, quer pelos preciosos ensinamentos, que pela forma simples, clara e atraente”. E se afirmou que “substituiriam, com grande vantagem para a cultura da nossa mocidade”, os materiais que então eram usados nas nas escolas [A Voz do Operário, Dezembro 1943, p.4].

“a todos”

Nos trabalhos em curso na Biblioteca Social d'A Voz do Operário, reuniu-se uma coleção de obras de Agostinho da Silva, a qual soma já um total de 139 volumes.

Será de um especial valor ter esta coleção nesta biblioteca, pois a maior parte desses volumes, tal como as lições que Agostinho deu n'A Voz do Operário, fazem parte da mesma “fecunda pedagogia social e cívica” que ele desenvolveu naqueles anos sombrios.

Uma pedagogia com a preocupação em formar pessoas capazes de “se baterem na vida, não por vantagens meramente pessoais, mas por uma organização geral que dê a todos os homens a mesma possibilidade de se desenvolverem”; e “para que os homens seus irmãos tenham na oficina, no campo, na escola, na vida pública, a mesma liberdade, os mesmos direitos e os mesmos deveres, os mesmos recursos” [Agostinho da Silva (1941), *Sanderson e a Escola de Oundle*, p.80].

ESCOLAS



Mafalda, de Quino (1932-2020). “O Planeta ficou doente porque está com humanidade baixa”.

Eu gosto muito de ouvir Cantar a quem aprendeu Se houvera quem me ensinara Quem aprendia era eu

Sérgio Gaitas, diretor pedagógico
do espaço educativo da Graça

Dizia-nos Thoreau que *quando, injustamente, subtraio a tábua de salvação a um homem que se afoga, é minha obrigação devolvê-la, ainda que eu próprio me afogue*. Quando o Governo decretou que todas as escolas iriam suspender as suas atividades letivas, subtraí a tábua de salvação a milhares de crianças. É certo que nem todos os Governos procederam da mesma forma. Ouvi por aí que “não se podem tomar medidas draconianas que têm um impacto limitado na epidemia, a não ser quebrar as funções da sociedade”. E quebrar as funções da escola é celebrar o caminho da direita política.

Há muito que sabemos que a educação desempenha um papel determinante na redução das desigualdades sociais e económicas, sobretudo no que diz respeito às crianças e jovens mais fragilizados. Este é um plano ainda por cumprir, sobretudo em Portugal. Somos um dos países da OCDE onde os alunos de meios socioeconómicos desfavorecidos têm três vezes mais probabilidades de terem maus resultados quando comparados com alunos de meios socioeconómicos favorecidos, ou ainda, a probabilidade de um aluno de meio desfavorecido reprovar é 12,23 vezes superior à de um colega de meio favorecido. Só um País é pior do que Portugal, quando, em média, na OCDE, este valor é de 5,14. Claro que também tem que se lhe diga. Mas não aqui que já vamos nos 1462 caracteres. Há muito que sabemos que a exclusão escolar é a via para a exclusão social. O

dinheiro não chega para tudo. E, para uma sociedade democrática, nós sabemos o quão fundamental é termos um banco chamado novo. Por outras palavras, a escola ainda não conseguiu alcançar o seu verdadeiro propósito porque nunca foi eleita como prioridade. Assim, num momento inspirador e, de certa forma, enternecedor, no contexto do ensino à distância, o Secretário de Estado Adjunto e da Educação concluiu: “Nunca dourámos a pílula. O ensino à distância foi um grande acelerador de desigualdades”. Aperceberam-se então que as desigualdades acentuadas pelo ensino à distância poderiam ser irrecuperáveis. Voltou então o Governo a decretar que todas as escolas iriam retomar as atividades letivas presenciais neste ano letivo. Foi aqui que caímos numa armadilha. Mais uma. Senhor Secretário, permita-me o atrevimento: é importante começar a dourar alguma coisa. E a escola é o melhor para se dourar.

Em 1992, Antoine Prost alertava para o perigo do funcionamento cego das escolas. Dizia ele que a maioria das instituições se interrogam frequentemente sobre si mesmas, refletindo coletivamente sobre o seu funcionamento. Prost afirmava que estas práticas de questionamento são desconhecidas nas escolas. As escolas estão de tal modo habituadas a esse funcionamento às cegas, que nem se apercebem, nem questionam, sobre a incompatibilidade dos seus fins com os seus modos de funcionamento. Foi este questionamento que aconteceu quando as instituições de acolhimento se recusaram a cumprir os quatorze dias de isolamento para as crianças que eram retiradas às famílias.

Não, não vale tudo. Lá foi a DGS, reconhecendo que a medida era penalizadora para as crianças, reformular as orientações.

A humanização das escolas e dos processos educativos que lá acontecem tem sido feita com muita dificuldade e, sobretudo, à custa de iniciativas de algumas minorias. Hoje sabe-se (?) que não é possível aprender sem interação. Sabe-se que a aprendizagem é, em primeiro lugar, a interiorização de um modo relacional onde a proximidade, o outro e o sentimento de pertença são elementos fulcrais à aprendizagem e ao desenvolvimento. Apesar de a escola ser uma construção da sociedade exclusivamente para as crianças, começamos a dar-nos conta de que na escola as crianças não contam para nada. Sabe-se que o medo, a insegurança, a desconfiança são elementos que desempenham um papel negativo nos processos de desenvolvimento. Mas é isto que promovemos.

Em 2004 os Xutos profetizavam um mundo ao contrário. Em 2020 ele está vergonhosamente ao contrário. Neste estranho mundo as crianças têm medo de ir à escola e a escola quer que as crianças lá estejam o menos tempo possível. Quer seja a escola a rejeitá-los ou eles a rejeitarem a escola, tanto faz. A escola, enquanto projeto de humanidade, terá falhado e será a principal responsável pela inabilidade coletiva, a exclusão e um mundo de umbigos.

Vivemos num mundo onde o problema das sociedades é a escola. Onde tiramos as máscaras do nariz com o objetivo de ouvir melhor. Um mundo onde roubamos a infância e obrigamos as crianças a crescer cada vez mais depressa. Vivemos num mundo que defende a escolaridade obrigatória e a cidadania opcional. Num mundo onde as idas à casa de banho deixaram de acontecer nos intervalos e passaram a ser durante as aulas. Onde temos pulseiras com cores e apenas podemos conviver com quem tiver a mesma cor. Vivemos num mundo onde só assobiamos para dentro. Num mundo que não permite a entrada das famílias na escola.

Não temos uma crença ilimitada nas potencialidades regeneradoras da escola. Porém, as potencialidades de uma educação de qualidade revelam-se todos os dias. Por isso, tal como Boaventura Sousa Santos, também eu me espanto com o facto do prodigioso desenvolvimento científico e do conhecimento do mundo, se terem traduzido numa tão pequena sabedoria do mundo, do homem consigo próprio, com os outros, com as crianças, com a natureza, com a aprendizagem, com o desenvolvimento e com a vida.

É nossa obrigação devolver a escola às crianças, aos jovens, aos professores e às famílias. Uma escola que não promova o afastamento de casa, dos afetos e da segurança. Não podemos permitir que a desumanização das escolas aconteça no espaço de um ano letivo.

É fundamental olharmos para as condicionantes reais e perceber de que forma podemos construir uma escola de proximidade. Sem ignorar as questões de saúde, mas, porque é uma escola, ocuparmo-nos dos processos educativos e da sua qualidade.

Para aqueles que entre nós optarem pelo silêncio não esqueçamos que todos os silêncios são cúmplices. Não podemos calar a voz das injustiças que se cumprem diariamente através da escola.

Adaptando a ideia de Don Milani para o coletivo, e recuperando a ideia de um sonho de Martin Luther King, um dia iremos escrever por cima da porta de entrada de todas as escolas “*We care*”. A transmissão é inevitável pois não nos podemos amar e relacionar sem transmitir.

SINDICALISMO

50 anos de Intersindical, a voz dos trabalhadores

Das sementes lançadas à terra através de muito sacrifício e luta coletiva, nasceu há 50 anos, em plena ditadura fascista, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Portugueses. Aquela que começou por se chamar Intersindical, hoje CGTP-IN, é a maior organização social do país e conta com um património histórico de resistência e conquistas que são fruto das mulheres e dos homens que nos locais de trabalho constroem um futuro de justiça e progresso social.





Daniel Cabrita entre outros dirigentes sindicais.

Bruno Amaral de Carvalho

No ano em que cumpriu 30 anos, Daniel Cabrita foi eleito presidente do Sindicato dos Bancários de Lisboa. Num tempo em que as greves estavam proibidas, em que o corporativismo era um pilar do regime e em que só os sindicatos nacionais, autorizados pelas autoridades fascistas, podiam desenvolver atividade junto dos trabalhadores, foram muitos os que desafiaram o poder para conquistar direitos.

Eram os tempos de uma “primavera marcelista” com flores de chumbo. Este barreirense, bancário no Totta, foi um deles. Eleito em 1968, a tomada de posse só ocorreu em 1969, quase um ano depois devido à falta de homologação

ministerial. Em 1970, num outubro há meio século de distância, Daniel Cabrita foi anfitrião de um primeiro encontro histórico que lançou as bases para construção de um potente movimento sindical de classe.

Os contactos individuais entre membros antifascistas das várias direções sindicais que tinham ganho eleições desembocou numa convocatória lançada a 1 de outubro de 1970 para uma reunião a 11 do mesmo mês na sede do Sindicato dos Bancários com diferentes estruturas. “As reuniões foram um pouco à experiência para ver o sentido das direções sindicais que lá estavam e debruçaram-se sobretudo sobre assuntos como a contratação coletiva e o direito de reunião”, descreveu Daniel Cabrita à Voz do Operário.

Bancários, lanifícios, metalúrgicos e caixeiros juntaram-se em encontros intersindicais e chegaram à conclusão que eram muitos os problemas comuns a todos os trabalhadores. “O resultado positivo desse dia foi a decisão de se continuar a reunir e a tomada de posição conjunta enviada ao governo da altura a contestar a proibição das reuniões”, recorda o antigo dirigente sindical.

Como muitos outros sindicalistas, ao longo do fascismo, em junho de 1971, foi preso e submetido a várias torturas. Num contexto em que o governo lançou uma vaga repressiva contra o movimento sindical anti-corporativo que encabeçava o aumento da contestação nos locais de trabalho acabou encarcerado dois anos em Caxias e em Peniche. A sua prisão desencadeou uma enorme onda de protes-

tos, não só a nível nacional, como internacional. Saiu em junho de 1973 proibido de exercer atividade sindical e voltou ao banco onde trabalhava mas sem nunca deixar de participar na luta.

Menos de um ano depois, a Intersindical manifestava o seu apoio ao Movimento das Forças Armadas a 25 de Abril numa revolução que com a participação dos trabalhadores e do povo ditou o fim a 48 anos de fascismo. À frente do processo de democratização e destituição das direções corporativas nos sindicatos, a Intersindical protagonizou a maior manifestação alguma vez vista em Portugal. O 1.º de Maio de 1974 arrastou para as ruas a força de um povo que acabava de derrubar a ditadura e que aspirava construir um país sem injustiças sociais.

1970

A 1 de outubro de 1970, quatro das direções sindicais de Lisboa (Caixeiros, Lanifícios, Metalúrgicos e Bancários) convocam a primeira reunião intersindical, tendo como objetivo a discussão de temas como a contratação coletiva, horário de trabalho, censura e liberdade de reunião. Segue-se uma fase de reuniões num período de aparente legalidade, interrompido, em julho de 1971, com a prisão de vários dirigentes sindicais e a proibição das reuniões. Porém, a Intersindical manteve a sua atividade, aumentando a sua influência e afirmando-se como uma importante força social de contestação ao regime fascista.



1974

O 1.º de Maio de 1974, em Portugal, foi uma festa e jornada de luta dos trabalhadores e de todo o povo. Realizou-se nas ruas e praças de todo o país. Constituiu um momento de alegria pela conquista da liberdade e o fim do fascismo. Em Lisboa, as ruas e avenidas foram invadidas pelos trabalhadores e população. No Estádio 1.º de Maio, repleto de uma enorme multidão, discursaram os dirigentes da Intersindical e os dirigentes máximos dos partidos de esquerda.



1975

Em julho de 1975, realizou-se o primeiro congresso da Intersindical Nacional, marcado pelo “calor” dos acontecimentos daquele ano, e nele participaram importantes figuras da revolução, entre as quais o ministro do Trabalho, major Costa Martins e o primeiro-ministro Vasco Gonçalves que, na calorosa saudação que fez ao Congresso apelou veementemente à unidade dos trabalhadores e à aliança POVO-MFA. No Congresso participaram 159 dos mais representativos sindicatos existentes em Portugal.



SINDICALISMO

Sozinhos não somos nada

A história da maior central sindical portuguesa é a trajetória de milhões de trabalhadores anónimos que nada mais têm para vender do que o seu trabalho em troca de um salário e que lutam por uma vida melhor. Se jornais, rádios e televisões têm apostado em disseminar preconceitos sobre o papel dos sindicatos, há quem não tenha dúvidas de que é na luta que se conquistam direitos.

É o caso de Josué Bastos, de 34 anos, operário na Fima Olá, onde já tinha trabalhado o seu avô. Mas este operário da indústria alimentar não herdou apenas o ofício. A histórica presença do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente (SITE) nesta empresa transporta consigo uma memória de lutas que não pode ser desligada de direitos de que hoje Josué Bastos usufrui. À Voz do Operário, este delegado e dirigente sindical explica que começou a trabalhar ali há 10 anos, com 24 anos e que se sindicalizou um ano depois.

O sindicato está muito bem estruturado dentro da Fima Olá e foi precisamente com essa presença robusta que o SITE Sul protagonizou uma luta contra a direção da empresa quando esta decidiu impedir a realização de plenários sindicais. “Houve uma mudança e não nos queriam deixar reunir. Arranjavam atritos para mostrar que o sindicato não era bem-vindo. Isto durou dois anos”, recorda.

Foi através da luta que forçaram a direção a aceitar a organização dos trabalhadores dentro da empresa. Agora, os representantes do sindicato tratam de reforçar a intervenção sindical e a participação dos operários. Para Josué Bastos, o sindicalismo não é algo do passado. “Muitas pessoas desconhecem as organizações sindicais mas são muito importantes para garantir os nossos direitos. O mercado nunca vai estar favorável aos

trabalhadores”, sublinha enquanto destaca a luta pela contratação coletiva e pelas horas extraordinárias.

Mas neste combate histórico cabem também trabalhadores que imigraram em busca de uma vida melhor. Milena Barbosa é um desses exemplos. Com 28 anos, esta jovem partiu do Brasil há quatro anos abandonando uma vida em que apesar de trabalhar 15 horas por dia não chegava para pagar uma casa e as contas. Agora trabalha na Accenture, empresa multinacional de consultoria de gestão, tecnologia da informação e outsourcing.

No primeiro ano e meio, acreditou nas chefias e trabalhou o máximo que pôde para subir na carreira. Rapidamente percebeu que não era assim. “Essa ideia que muitos patrões pregam de que se trabalhar muito sobe na carreira foi uma coisa que eu comprei durante um tempo. Eu sinto que se abdicasse de todos os meus princípios e valores, e estivesse disposta a ajoelhar e fazer tudo o que eles quisessem, quem sabe... mas eu não estou disposta a fazer isso e acho também que esse não é o caminho”, explica a delegada sindical à Voz do Operário.

Acabou por ficar em baixa médica psiquiátrica e foi então que decidiu conversar com alguns membros do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal (CESP). “Eu já conhecia algumas pessoas envolvidas com a CGTP e sempre foram pessoas que me encorajaram a buscar o sindicato. Foi



Josué Bastos, dirigente sindical e trabalhador na Fimo Olá.



Milena Barbosa, delegada sindical do CESP na Accenture.

a melhor coisa que fiz. Quando eu encontrei o CESP e pude falar de toda esta situação na empresa tive todo o apoio necessário”, recorda.

Agora é delegada sindical e representa muitos jovens e também imigrantes que trabalham na Accenture. Uma das principais lutas em que estão envolvidos visa conseguir que a empresa aceite reuniões dentro de portas. “A empresa nunca permitiu que nós entrássemos para termos uma reunião sindical e no ano passado fizemos uma ação à porta da empresa. Foi uma oportunidade de mostrar que o sindicato está disposto a dar a cara”.

Milena Barbosa considera que os sindicatos são organizações para que “os trabalhadores se organizem para lutarem pelos seus direitos, para que se sintam apoiados”. Explica que sempre sentiu que lutava sozinha contra os seus chefes e que podia acabar despedida. “O sindicato vem para mostrar o contrário. Historicamente o que a gente vê são os trabalhadores conseguindo reivindicar e usufruir de todos os seus direitos pela união e pela luta. Eu acho que não dá para fazer nada disso sozinho e para mim é isso que a CGTP-IN e os sindicatos representam: a luta”.

1982

Greve geral 12 de fevereiro 1982. Face ao projeto de revisão constitucional do governo da AD, que retira do texto as alusões à Reforma Agrária e à economia

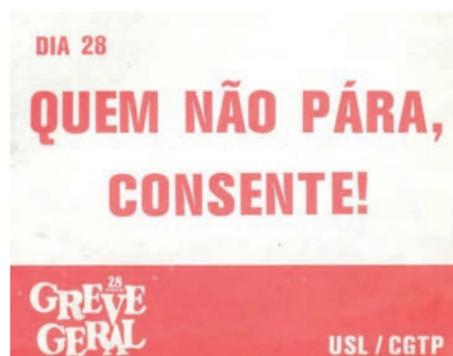
socialista, a CGTP-IN convoca a primeira greve geral após o 25 de Abril, para 12 de Fevereiro de 1982. A luta pelos direitos dos trabalhadores e o pedido de demissão do governo marcariam esta jornada de luta, combatida pela UGT.



1988

Greve geral de 28 de março de 1988.

A greve geral contra o pacote laboral do governo de Cavaco Silva seria precedida pelo Dia Nacional de Luta de 17 de março, que constituiu uma autêntica pré-greve geral. Em maio, o Tribunal Constitucional viria a declarar inconstitucional este pacote laboral, dando razão ao protesto dos trabalhadores, o que representou uma grande vitória e uma reconhecida derrota da política social e laboral do governo.



1996

A luta pela redução da semana de trabalho para 35 horas

resultou de um longo processo de luta dos trabalhadores da administração pública. O primeiro passo remonta a 1988, com a sua aprovação para trabalhadores em funções técnicas e administrativas. Mas é apenas com a assinatura do acordo salarial de 1996 que é dado o passo decisivo para o reconhecimento das 35 horas para todos os trabalhadores.



A CGTP-IN “é o nosso motor”

Atualmente, a CGTP-IN é composta por 22 uniões distritais, dez federações e 125 sindicatos, com um número total de 556 363 associados, mais 5863 sócios do que há quatro anos. São números impressionantes que revelam o peso desta central sindical no país.

As razões que podem levar alguém a despertar para a necessidade de fazer crescer a sua força, juntando-a à de outros tantos, podem ser muitas. Às vezes, basta uma faísca para iluminar a compreensão de que a dignidade só se defende através da luta.

Entre os mais de meio milhão de trabalhadores sindicalizados está Ana Pires, reeleita para a Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN no congresso realizado em fevereiro deste ano. À conversa com *A Voz do Operário*, a dirigente de 41 anos recorda que se sindicalizou quando começou a trabalhar na EMEL, há 20 anos, “no quadro de uma ofensiva da empresa que pretendia agravar os horários de trabalho”.

Não havia um único sindicalizado. Foi então que se criou uma dinâmica coletiva entre os trabalhadores da empresa municipal para encontrar um sindicato que os representasse. Ninguém abandonou essa luta que durou por 12 anos e que acabou com a vitória daquelas mulheres e homens num acordo de empresa que garantiu as principais reivindicações tantas vezes presentes em concentrações, greves e manifestações.

Conta Ana Pires que foi um processo extraordinário: “Crescemos juntos num processo de aprofundamento da consciência social e política”. Hoje, continua a haver comissão sindical, já com outros membros, mas esta dirigente nacional da CGTP-IN não deixa de acompanhar as lutas que se travam naquele que é o seu local de trabalho.



Ana Pires, dirigente nacional da CGTP-IN.

Contesta os preconceitos tão propalados sobre o sindicalismo. “Um princípio que é importante manter é esta ligação concreta àquele que é o meu local de trabalho. Participo nos plenários, na contratação coletiva, na luta e no esclarecimento”, sublinha e acrescenta que na CGTP-IN não há a conceção de que “esta seja uma tarefa para a vida. Temos agora esta tarefa e depois regressamos ao nosso local de trabalho. Isto é uma coisa perfeitamente natural”. Explica que estar a tempo inteiro em responsabilidades da central sindical não significa estar desligada dos locais de trabalho. “O que acontece quando se assumem responsabilidades a tempo inteiro não é isso, é



Exposição comemorativa dos 50 anos da CGTP-IN no Largo Camões, em Lisboa.

antes um alargamento do conhecimento a mais realidades, a outros locais de trabalho, a outros setores de atividade”.

Vinte anos depois de se ter sindicalizado, Ana Pires olha e vê “um grande coletivo, uma pedra basilar nesta central sindical”. O trabalho coletivo é, para esta dirigente da CGTP-IN, o motor de percurso em busca de “uma sociedade diferente” onde se “acabe com a exploração do homem pelo homem”. Não consegue olhar para o passado sem se dar conta de um “processo de profundo enriquecimento” em que contactou com os trabalhadores, “com as suas realidades concretas, com a coragem e determinação”, um legado de aprendizagem numa cen-

tral sindical que chega agora aos 50 anos.

Ana Pires considera que “é uma força que vem do passado, que se afirma no presente mas que, essencialmente, se projeta no futuro”. À *Voz do Operário* explica que todos os tempos têm as suas características mas os sindicatos de classe que a CGTP-IN protagoniza “são cada vez mais necessários”.

Sobre a força da central sindical na sociedade portuguesa, entende que a CGTP-IN é feita “disso mesmo, de homens e mulheres, trabalhadores, deste sentimento coletivo, desta representação de classe, de uma organização fiel às suas raízes históricas”. Uma história que se funde com a história do país. “O nosso motor é este”, conclui.

2002

Greve geral de dezembro de 2002.

A greve geral de 10 de dezembro de 2002 visava impedir a aprovação do Código do Trabalho de Bagão Félix (governo PSD/CDS, chefiado por Durão Barroso). Teve um enorme impacto no setor produtivo e fez-se sentir na generalidade dos setores de atividade e em todo o território nacional, nomeadamente em empresas estratégicas e de dimensão significativa na economia portuguesa.



2013

A Greve geral de 27 de junho de 2013 constituiu

uma grande movimentação dos trabalhadores e das massas populares e teve uma profunda repercussão nos diversos setores de atividade e na vida nacional. Constituiu também uma afirmação da elevada consciência social e de classe dos trabalhadores, de força, dignidade e vontade de mudança, tendo produzido um profundo abalo no governo PSD/CDS e na sua política de direita: na sequência desta jornada, demite-se o ministro das finanças Vítor Gaspar e o vice-primeiro ministro Paulo Portas.



2020

Realizado com o país em estado de emergência, devido à pandemia provocada pelo novo coronavírus, o 1.º de Maio de 2020, cumprindo as regras sanitárias, não deixou de dar voz aos milhões de trabalhadores que sofrem as consequências das opções e desequilíbrios das medidas decididas no plano económico e social. Houve iniciativas em 27 localidades do país, contrariando aqueles que usam a pandemia para acentuar a exploração.



VILA FRANCA

Assembleia Municipal chumba pesar por trabalhador morto em acidente laboral

A polémica estalou na Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira quando a maioria dos deputados inviabilizou um voto de pesar apresentado pelos eleitos pela CDU pela morte de Luís Grilo, trabalhador dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento (SMAS) de Vila Franca de Xira num acidente de trabalho. A proposta dirigia condolências à família, colegas e amigos da vítima e recordava a necessidade de erradicar este tipo de acidentes através da formação e de equipamentos de proteção, entre outras medidas, e sublinhava a responsabilidade dos SMAS no apoio à família. O voto de pesar pela morte de Luís Grilo enquanto trabalhava para a autarquia foi chumbado com os votos contra do PS, da coligação PSD/CDS-PP, de dois deputados independentes e a abstenção do BE. Só os eleitos da CDU e o PAN votaram favoravelmente.

A história remonta a 22 de julho quando Luís Grilo teve um grave acidente de trabalho enquanto exercia as suas funções. Nesse dia, a vítima, com cerca de 50 anos, procedia à limpeza de um reservatório de água em Alverca quando acidentalmente tocou num cabo de média tensão da EDP, como descreveu O Mirante.

De acordo com o meio regional, tratava-se de um trabalhador experiente e foi a primeira vez que uma situação deste tipo aconteceu naqueles serviços. A vítima estava consciente apesar das múltiplas queimaduras e teve de ser transportada de emergência para o Hospital Universitário de Coimbra através de um helicóptero do INEM. Luís Grilo resistiu a várias operações cirúrgicas mas acabou por morrer a 9 de setembro.

Segundo O Mirante, alguns amigos de Luís lamentaram a forma como o acionamento dos meios aéreos foi feito. Os bombeiros de Alverca e os médicos do INEM terão dado o seu melhor para salvar e estabele-



zar Luís logo após o acidente mas a forma como decorreu a chegada do helicóptero que o transferiu para Coimbra mereceu críticas. Os bombeiros tiveram de levar Luís de ambulância pela serra de Loures até ao local onde o helicóptero aterrou, a vários quilómetros de Alverca.

Já os SMAS de Vila Franca de Xira anunciaram a abertura de um inquérito, que ainda está a decorrer, para apurar as causas do acidente grave.

COLETIVIDADES

Lusitano novamente em risco

A coletividade de cultura e recreio, fundada em 1905, morou em Alfama durante 111 anos e dez dias, período durante o qual promoveu atividades culturais e o associativismo entre os moradores. Em 2017, sofreu uma ação de despejo, fruto da forte especulação imobiliária naquele bairro histórico de Lisboa.

Depois de considerar o papel histórico da coletividade em Alfama, a Câmara Municipal de Lisboa arrendou um espaço, mais pequeno, ao Lusitano Clube na Rua das Escolas Gerais. Contudo, mesmo depois de ter investido 16 mil euros na realização de obras de melhoramento das instalações, a coletividade vê-se agora obrigada a rescindir o contrato de arrendamento, dada a impossibilidade de continuar a pagar a renda de 985 euros mensais.

De acordo com o *AbrilAbril*, os vereadores do PCP já solicitaram esclarecimentos à câmara municipal sobre este tema. A situação que o país atravessa trouxe problemas acrescidos a estas coletividades, não permitindo uma atividade regular das suas atividades nos bairros históricos de Lisboa, defendem os comunistas.

Os eleitos questionaram a autarquia sobre que medidas foram ou vão ser tomadas para impedir o encerramento do centenário Lusitano Clube. Relativamente às obras de melhoramento do espaço, indagaram se o município pondera ressarcir a coletividade das despesas realizadas.

Tendo em conta a importância social, cultural e económica das coletividades de cultura, recreio e desporto na cidade, uma nota do PCP recorda que a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou em outubro de 2018, por proposta dos vereadores comunistas, que a câmara desse total apoio ao Lusitano Clube para que, em diálogo com este, fosse encontrada uma solução que permitisse a continuação da sua existência.

A VOZ do corvo



Ordens...

A criação da figura de Associação de Direito Público foi sem dúvida uma das mais imaginosas disposições da nossa primeira Constituição Democrática (1976) e talvez a maior tentativa de reestruturação da sociedade portuguesa de então.

Inseria-se no princípio de o Estado “assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais”.

Tratava-se de transferir competências do Estado para grupos de cidadãos organizados visando fins que contribuíssem para o bem-estar e a qualidade de vida de todos e isso poderia ser feito através da valoriza-

ção do património natural e edificado, da preservação ambiental, do correto ordenamento do território e da exploração responsável de recursos disponíveis.

Durante o Estado Novo a estrutura jurídica do trabalho baseava-se numa rígida dicotomia – Grémios para os patrões e Sindicatos (nacionais) para os trabalhadores. Três profissões agrupavam-se em Ordens – a dos Médicos, a dos Advogados e a dos Engenheiros.

A democracia deu oportunidade a outras profissões de se organizarem livremente e terá sido a classe dos arquitetos a primeira a fazê-lo com a Associação dos Arquitetos Portugueses (1978), mais tarde, no refluxo da Revolução e por força do passadismo, transformada em Ordem dos Arquitetos (1998).

Hoje existem dezassete Ordens.

Ao se incluírem numa Associação Pública os grupos profissionais, para além de aceitarem coletivamente o cumprimento de normas de formação e acesso, um código deontológico e a regulamentação da prática profissional, instituíram-se como provedores da população em relação aos serviços que prestariam:

os médicos em relação à saúde; os advogados em

relação à justiça; os engenheiros em relação à transformação do território e à segurança; os arquitetos em relação à arquitetura e ao urbanismo...

Põe-se a questão de saber se o espírito que em 1976 criou a figura das associações públicas se mantém sob a designação de Ordens.

Sem acrimónia se detetam desvios ou lacunas flagrantes: uma parece manter-se queda e muda perante o problema tão grave como o da habitação para o maior número; outra assume atitudes sindicais sem legítima representatividade; uma outra encarna-se contra o Sistema Nacional de Saúde que o país tão dificilmente pôs a funcionar e a manter atuante; outra parece alhear-se da globalidade das grandes obras públicas e da energia acessível a todos e há ainda a que parece tolhida em relação à lentidão, aos custos e às injustiças da Justiça.

Parece, pois, fácil de constatar que as Ordens têm atuado sempre, no momento difícil que vivemos, num sentido reativo e acusatório, raras vezes criativo.

E o vírus sempre à espreita.

Francisco da Silva Dias

Transportes
públicosA oferta
adequada

Com o sistema de passes sociais que entrou em vigor na Área Metropolitana de Lisboa em abril de 2019, foi dado um passo importante relativamente aos encargos que recaem sobre os utentes.

Há, no entanto, passos que importa dar para melhorar o acesso ao direito à mobilidade.

Em tempos de pandemia muito tem sido dito e escrito sobre a insuficiente oferta, particularmente nas horas de ponta, para poderem ser respeitadas as regras sanitárias recomendadas, ou seja, a adequação da oferta.

Acontece, porém, que uma oferta adequada não passa só por garantir quantidade e qualidade conforme os fluxos nos períodos de mais procura, mas dar resposta às necessidades durante as 24 horas do dia.

Há necessidades de mobilidade específicas que não são tidas em conta, porque o sistema está pensado para a procura a uma escala que não as engloba.

As respostas para os casos particulares têm de ser estudadas de forma particular.

Aquilo a que costumo chamar de “recolher obrigatório” e se traduz em deixar sem transporte grandes zonas, quer em Lisboa, quer noutras zonas da Área Metropolitana, tem resposta fácil e há muito reivindicada, que é o alargamento dos horários.

Existe uma outra situação que, embora já falada, é menos suscitada quando se aborda a adequação da oferta do transporte público coletivo às necessidades das populações: a ausência quase total para quem trabalha por turnos em serviços de laboração contínua.

Os casos são muitos e carecem de um estudo exaustivo, mas deixemos aqui apenas um exemplo, o dos trabalhadores dos hospitais que saem de turno à meia noite.

Ainda há tão pouco tempo em todas as páginas dos jornais e canais de televisão eram apelidados de heróis, mas sem qualquer reflexão sobre os seus problemas. Não falaremos dos muitos, desde vencimentos e carreiras, mas centrar-nos-emos na ausência de transporte.

Os trabalhadores que terminam o seu trabalho às 24 horas, salvo situações muito excecionais, não têm à sua disposição qualquer transporte coletivo que garanta o percurso para a sua residência e não estamos a falar da periferia. Sair aquela hora do Hospital de S. José com destino a Sapadores é apenas um exemplo, mas que julgo ilustrativo.

Como resolver?

Fala-se da crise no setor do táxi. O táxi é um transporte público não coletivo. Não pode haver acordos que permitam serem utilizados como transporte coletivo em determinadas situações?

Creio que vale a pena estudar o assunto.

Rego Mendes

ALMADA

Sindicato acusa autarquia
de virar costas aos trabalhadores

Sindicato acusa a presidente de tentar interferir com o plenário de trabalhadores.

No mesmo dia em que estalou a polémica das declarações de Inês de Medeiros, presidente da Câmara Municipal de Almada, os trabalhadores da autarquia emprenderam mais um protesto contra as políticas do executivo local. A autarca que havia prometido, se ganhasse as eleições, passar a deslocar-se de cacilheiro no seu trajeto diário de Lisboa para a Margem Sul negou-se, de acordo com Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL), durante a semana anterior, a responder ao pedido de audiência.

Se muitos olharam com espanto para as afirmações de Inês de Medeiros de que os habitantes do bairro Picapau Amarelo são privilegiados por terem uma bonita vista sobre o Tejo, escamoteando o facto de ser uma das zonas mais pobres do concelho, não foram poucos os trabalhadores que olharam com repúdio para a autarca que tentou pessoalmente interromper um plenário que não quis autorizar.

Segundo o STAL, a câmara pretende iniciar um processo de desmantelamento do serviço de saúde ocupacional, retirando as especialidades conquistadas pelos trabalhadores remetendo-os exclusivamente para a medicina do trabalho. Para além disso, o executivo camarário quer reduzir o pagamento aos fornecedores dos refeitórios, transferindo os custos para os trabalhadores, e acabando com a sopa gratuita, que em alguns casos significará menos uma refeição por dia.

Entre as reivindicações, os trabalhadores contestam a proposta da autarquia de retirar aos seus filhos a creche e jardim de infância por eles construída, passando a incluir este equipamento na rede nacional das IPSS's.

“Num período de crise, que se avizinha difícil, para os trabalhadores e suas famílias, o executivo da Câmara decide encetar este processo, que em qualquer cenário de alteração significará a transferência das despesas do orçamento da Câmara Municipal para o

bolso dos trabalhadores, agravando o rendimento das famílias”, afirma o STAL.

Sem espaço para uma reunião de 1700 funcionários, a autarquia ainda propôs uma instalação que dava apenas para 200, mas não era suficiente e o STAL sugeriu que o plenário se realizasse na rua como já tinha sido autorizado pela Câmara Municipal noutras ocasiões, explicou à Voz do Operário Pedro Rebelo, dirigente sindical.

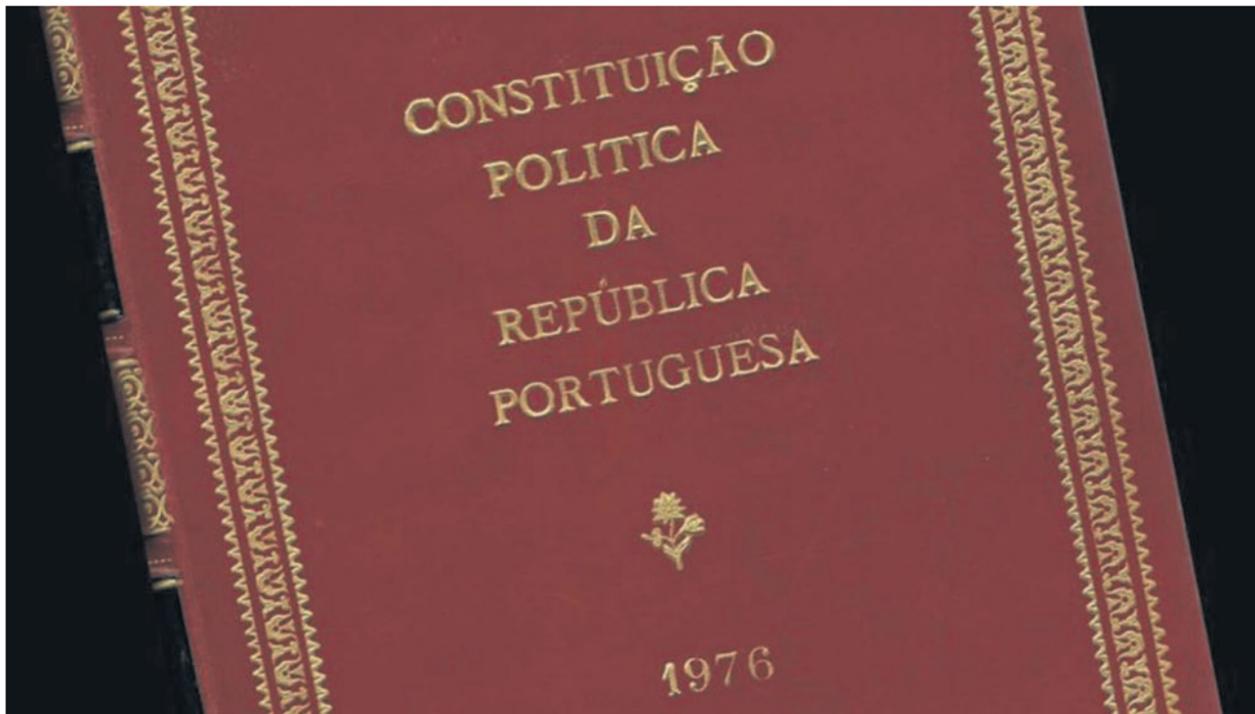
Mas desta vez a reunião não foi autorizada e os trabalhadores decidiram avançar na mesma para o plenário com desfile rumo à Câmara Municipal. Da Praça da Portela até ao Chalé no Jardim da Cova da Piedade, os trabalhadores denunciaram o executivo e a tentativa de retirada de direitos.

Um vídeo que circulou nas redes sociais confirma a versão do dirigente sindical. Quando os manifestantes se encontravam junto à Câmara Municipal, “a presidente tentou interferir com o plenário”. Nas imagens vê-se Inês de Medeiros oferecer a audiência cujo pedido se negou a responder durante uma semana. “Com a manifestação tudo isso foi possível”, afirmou Pedro Rebelo atribuindo ao êxito do protesto a reunião com a autarquia.

Contudo, o encontro dos representantes sindicais com os autarcas não correu bem. “Reiteraram a mesma posição e não se mostraram disponíveis para negociar. Portanto, levantámo-nos e abandonámos o espaço”, descreve o sindicalista. Neste momento, o STAL exige à câmara toda a documentação que sustenta a decisão de retirar valências aos trabalhadores. “Fizeram isto nas nossas costas. Não estávamos ali para estar numa espécie de improviso. Estamos disponíveis para soluções que melhorem mas não estamos disponíveis para permitir que transferiram o custo destas valências para os trabalhadores”.

PRESIDENCIAIS 2021

Primeiros candidatos na corrida a Belém



No início de 2021, os portugueses elegerão o Presidente da República dos próximos cinco anos.

No início de 2021, realizam-se eleições presidenciais. Até ao momento, há sete anúncios de candidatura.

O primeiro anúncio chegou, sem surpresa, do deputado do partido Chega. Seguindo a sua habitual linha política, continua a insistir num discurso populista, ateando ódio contra setores da população, onde se tornou polémica a proposta de confinamento para a população cigana, contestada por muitos por incumprir artigos da Constituição da República Portuguesa, nomeadamente o princípio da igualdade (art.º 13.º).

Já em setembro, e após ter chegado a negar qualquer intenção de se candidatar ao cargo, a socialista Ana Gomes anunciou também a sua candidatura. Há 18 anos membro da Comissão Política Nacional do Partido Socialista, tem recorrido ao seu espaço de comentário (que mantém, originando críticas) e algumas entrevistas para enumerar diferenças para com os outros candidatos. Concentra-se nas relações internacionais, e no combate à corrupção e a defesa da “transparência”. O partido Livre e o PAN já anunciaram o apoio a esta candidatura. Quanto ao seu partido, apesar de algumas figuras terem anunciado o seu apoio, ainda não anunciou tomou qualquer decisão.

Outra candidata a avançar (repetindo a candidatura de há 5 anos) foi Marisa Matias, deputada do Bloco de Esquerda ao Parlamento Europeu. A bloquista aposta num discurso de defesa do Serviço Nacional de Saúde e de uma política europeia focada nos refugiados. “A liberdade e a igualdade são as minhas bandeiras”, afirma a candidata.

A candidatura de João Ferreira foi divulgada na sequência da reunião do Comité Central do PCP (que já havia anunciado há vários meses a sua intenção de lançar uma candidatura própria), e sublinhou ser este “o momento de todos os que se inquietam com o rumo do País, com as opções das classes dominantes e com as injustiças crescentes”,

de se empenharem no “apoio a esta candidatura”.

Até ao momento anunciaram ainda candidaturas Vitorino Silva, conhecido como Tino de Rans, que afirma ser um “candidato na luta contra populismos”, Tiago Mayan Gonçalves, fundador do partido Iniciativa Liberal e que se apresenta como “verdadeiro e genuíno candidato liberal” e Bruno Fialho, “candidato do centro, um centro que abrange toda e qualquer posição”.

Marcelo Rebelo de Sousa, eleito após dois mandatos de Cavaco Silva, apostou numa relação de proximidade, multiplicando-se em aparições públicas nos mais diversos e inusitados contextos, investindo na projeção de uma imagem de “Presidente de todos os Portugueses”. Uma imagem que, no entanto, segundo João Ferreira não corresponde à prática presidencial. Na apresentação da sua candidatura, n’A Voz do Operário, o candidato comunista referiu a ausência e silêncio em momentos críticos de defesa dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente na luta das trabalhadoras da Triumph (em piquete de greve à porta da empresa por várias semanas, entre o final de 2018 e início de 2019) e da operária corticeira Cristina Ferreira, cujo longo processo de assédio por parte da entidade patronal valeu uma onda de solidariedade, mas, novamente, não contando com qualquer demonstração por parte do Presidente. Já Matias, embora criticando aquilo que diz ser a monotonia e a subordinação ao governo do mandato do atual presidente, não deixa de encontrar nele “coisas muito boas”.

Marcelo Rebelo de Sousa já informou que só em novembro anunciará uma decisão quanto a uma eventual recandidatura nas presidenciais de 2021.

As eleições presidenciais vão realizar-se no início do próximo ano e a marcação da data é uma responsabilidade do Presidente da República, que tem de o fazer com uma antecedência mínima de 60 dias face ao acto.

A VOZ
dos livros



Papiniano Carlos, A Menina Gotinha de Água e outros textos

A história humana é a história / de uma revolução contínua. Papiniano Carlos, “A Memória com Passaporte”

Poeta, ficcionista, pedagogo, escritor do período mais fecundo – e mais corajoso – do nosso neo-realismo, revelando-se em 1942 com o livro *Esboço*, Papiniano Carlos foi, sobretudo, enquanto poeta, um criador de atmosferas, de imagens sensitivas, um esteta e um escultor de rostos densos, povoados – um intransigente e solidário militante da palavra insubmissa e um prodigioso criador de livros para a infância; foi, igualmente, um contador de histórias, da história como memória activa e transfigurada, mesmo quando o seu olhar dorido e arguto se debruçava sobre o nosso passado terrível e nele, nesse território desolado, uma *Estrada Nova* se abria à descoberta e ao sonho.

Magoado olhar, mas prenhe de uma sã jovialidade, da carga emotiva de um poeta que acredita que do absurdo dos dias de raiva e de estupor outros tempos virão, limpos e erguidos; a esperança a ganhar-se por etapas, esperança que à esperança se atrela como na *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro.

A escrita de Papiniano Carlos, mormente a que superiormente produziu para os mais novos (e que nós, ao volver-nos meninos, de bibe e de calção e sonhos no bernal, lemos como se, nesse espanto descobríssemos, nos esconsos da memória, perenes sinais da infância longínqua, assim, pela pena mágica do poeta, recuperados), mesmo quando nos diz os dias amargos da exclusão e da clausura, dos medos caminheiros, dos soturnos ecos dessa noite enorme, é sempre uma escrita solar, lisa, plena de graça, de (in)sofrimento, como diria Ary.

Esta fala, por vezes áspera e rude, vivifica-se, torna-se música dulcíssima para contar aos mais novos, de forma apaixonadamente pedagógica, ou percorre-nos as veias do corpo como quem viaja pelas águas do Amazonas, pelo Volga, pelo Nilo, pelo Yang Tsé, nessa fabulosa *Viagem de Alexandra*, que já anda, pelos 20 e tal mil exemplares – é obra!

As palavras, a poesia de Papiniano Carlos, andaram também pelos versos das cantigas, desse coro que o maestro Fernando Lopes-Graça fez nosso e transformou, com génio, em colectiva voz: “*Na fome verde das searas roxas/passeava sorrindo Catarina*”, Catarina Eufémia enfrentando os esbirros, as espingardas, o sol doído num céu inclemente, sangrando dir-se-ia, mas sem vergar, peito e corpo de mulher e mãe, de multidão, contra o medo, contra a servidão, *trinta balas/ te mataram a fome, Catarina*.

A Menina Gotinha de Água, de Papiniano C., Porto Editora

Domingos Lobo

TRABALHO



CGTP-IN quer pagamento dos salários a 100% e a proibição de todos os despedimentos.

Emergência nacional? CGTP-IN fala em aumentar salários

A CGTP-IN levou a cabo, dia 26 de setembro, uma jornada de luta por todo o país, com ações em mais de 17 localidades. O mote? “Aumentar os salários! Desenvolver o País”, palavra de ordem que resume a principal proposta da central sindical para responder à crise pandémica. “Mais salário dinamiza a economia, possibilita às empresas vender mais, criar emprego e reduzir o desemprego, com efeitos diretos na Segurança Social. Mais salário para combater a situação em que hoje, um em cada 10 trabalhadores, apesar de trabalhar, se encontra na pobreza”, dizia Isabel Camarinha, secretária geral da CGTP-IN, no discurso dirigido aos milhares de trabalhadores presentes, no final da manifestação, em Lisboa.

Os efeitos da pandemia continuam a fazer-se sentir de forma particularmente acentuada nos trabalhadores com inúmeras denúncias de tentativa de retirada de direitos: aumento do horário de trabalho, impedimento do gozo e pagamento de férias, cortes nos salários. Mas a realidade é que, mudando os argumentos, estes ataques não são novos para os trabalhadores: “Aumentar horários, reduzir salários, não dar contrato efetivo, tudo agora é por causa da pandemia. E antes da pandemia? Todos estes problemas já eram a realidade de muitos jovens”, relatou Lúcia Silva, delegada sindical do El Corte Inglés, ao portal informativo online *Abril Abril*.

Miguel Lopes, trabalhador da câmara municipal de Vila Franca de Xira, também considera que a pandemia foi pretexto para atacar direitos, “sobretudo no sector privado, onde a fragilidade dos contratos fez com que muitos patrões se aproveitassem deste momento para cessar direitos adquiridos e despedir, mantendo ou aumentando os seus lucros durante esta crise”. Acrescenta que esta manifestação teve assim um importante carácter de solidariedade entre a administração pública e setor privado e considera este um ponto essencial para se compreender que os trabalhadores estão unidos e conscientes.

Os trabalhadores acusam o governo de estar a priorizar a defesa dos interesses do grande capital, no-

meadamente com o lay-off simplificado, que financiou diretamente as empresas com fundos da Segurança Social. Outra denúncia prende-se com os anúncios constantes de mais verbas para o “buraco” do Novo Banco: durante a pandemia foram anunciados mais 850 milhões de euros para a sua recapitalização.

Trabalhadores exigem defesa do trabalho

A central sindical endossa o governo garantir o pagamento dos salários a 100% e a proibição de todos os despedimentos, qualquer que seja a tipologia da empresa ou do vínculo laboral. Exigem aumentos salariais de 90€ para todos os trabalhadores e o aumento do salário mínimo nacional para 850€ a curto prazo e ainda a redução do horário de trabalho para 35 horas para todos os trabalhadores. Querem garantias de impulsionamento do emprego, de combate à precariedade sem esquecer a defesa da contratação coletiva, considerada pela central sindical um valioso instrumento de proteção dos trabalhadores.

Para além de medidas de apoio ao trabalho e aos trabalhadores, a central sindical reivindica a defesa dos serviços públicos como estratégia de resposta, nomeadamente através do investimento da área da saúde, “com respostas concretas ao surto epidémico mas à prevenção e tratamento de problemas “não-

COVID”, sendo para isso necessário o real reforço dos recursos humanos e materiais no SNS;”, sem esquecer a educação, onde exigem “condições de segurança sanitária, com o reforço de recursos humanos e apoios pedagógicos”. Também a defesa do serviço público de transportes se mantém na ordem do dia das reivindicações, com os trabalhadores a exigir a “reposição dos serviços nos termos das obrigações de serviço público a que as empresas estão obrigadas”, o aumento da oferta e a garantia de protecção da saúde dos trabalhadores e utentes.

Novo Orçamento, novas políticas?

Num momento em que as principais linhas para o Orçamento do Estado do próximo ano estão apresentadas, a central sindical insiste que sem direitos dos trabalhadores a recuperação económica estará comprometida e é peremptória: [o Orçamento] “tem de assumir rupturas”, nomeadamente do que toca ao congelamento de carreiras dos trabalhadores da Administração Pública, sem perspectiva de carreiras, “com salários da década passada, com mais trabalho porque são cada vez menos para mais necessidades, e que, mesmo com o apregoado reforço, são menos agora do que eram em 2011.”, denunciou Isabel Camarinha no seu discurso.

AMÉRICA LATINA



De acordo com o El País, 8 mil colombianos terão sido assassinados nos últimas duas décadas.

Ser de esquerda na Colômbia é “viver debaixo da sombra de um caixão”

O assassinato policial de um cidadão comum, depois de receber várias descargas de uma pistola elétrica e de ser torturado numa esquadra, serviu de rastilho para violentos distúrbios em Bogotá e outras cidades da Colômbia. Foi a enésima revolta popular num país fustigado por uma violência praticamente centenária. Durante os protestos, no princípio de setembro, as autoridades colombianas mataram 14 manifestantes.

Bruno Amaral de Carvalho

A Colômbia é o principal aliado dos Estados Unidos na América Latina, facto que ajudará a compreender por que motivo nunca é objeto de críticas por parte do Ocidente, apesar do histórico de terror: durante anos, encabeçou a lista de países com maior número de assassinato de sindicalistas e jornalistas e continua à frente das nações com mais refugiados internos.

Desde o massacre das bananeiras, promovido contra grevistas em 1928 — episódio referido em Cem Anos de Solidão, obra maestra de Gabriel García Márquez — ao assassinato do antigo candidato presidencial liberal, Jorge Eliécer Gaitán, a Colômbia insurge-se ciclicamente contra o despotismo e a violação dos direitos humanos por parte da polícia e do exército a mando de governos das oligarquias. Nas últimas semanas, numa orgia de violência, foram registados vá-

rios massacres por todo o país contra a população e ativistas sociais, por parte de grupos paramilitares, perante a apatia do governo de Iván Duque.

Orgia de violência

“Guerrilheiros mataremos, o seu sangue beberemos, as suas mulheres violaremos e os seus filhos queimaremos”, assim obrigavam Omar Rojas Bolaños e outros recrutas a cantar quando corriam na escola militar. Durante uma entrevista, em junho de 2019, este explicou que, durante 31 anos, trabalhou na Polícia Nacional, um corpo policial militar do qual se reformou com o grau de tenente coronel. É um dos poucos a denunciar aquilo que ficou conhecido como ‘falsos positivos’, assassinatos extrajudiciais como o que aconteceu no ano passado com Dimar Torres Arévalo, ex-guerrilheiro das FARC, baleado pelo exército, que terá sido surpreendido pela população a tentar enterrar o cor-

po. Posteriormente, a *Semana*, uma das principais revistas colombianas, viria a denunciar que os soldados tinham antes pretendido vestir Dimar Torres com o uniforme do Exército de Libertação Nacional, atualmente a maior guerrilha colombiana, para fazer dele um troféu de guerra.

A prática dos ‘falsos positivos’ é antiga e intensificou-se com o governo do conservador Álvaro Uribe Vélez, mentor do atual presidente Iván Duque, que está em prisão domiciliária por ter tentado corromper testemunhas contra o destacado senador de esquerda Iván Cepeda, filho do histórico comunista assassinado, Manuel Cepeda.

Durante os dois mandatos de Uribe, entre 2002 e 2010, milhares de civis foram executados em segredo para serem apresentados como vitórias sobre as guerrilhas. O escândalo rebentou quando vários familiares de civis denunciaram esta prática.. Descobriu-se então que as forças armadas premiavam

os soldados que mais baixas conseguissem em combate, “incentivo” que espoltoou os falsos positivos. Vários relatos da época na imprensa denunciaram que muitos dos assassinados eram jovens de bairros pobres, aliciados para supostas entrevistas de emprego das quais nunca voltavam. Os corpos vinham a ser “encontrados” noutras zonas da Colômbia como sendo guerrilheiros abatidos.

De acordo com números divulgados pelo El País, 8 mil colombianos terão sido assassinados, sobretudo, nesse período. O jornal espanhol afirma que os dados são “especialmente incríveis” se comparados com o número de assassinatos e desaparecidos durante a ditadura de Pinochet. No Chile, num período de 17 anos, foram executadas 3200 pessoas.

Onde ser opositor é desafiar a morte

Foi precisamente durante a presidência de Álvaro Uribe que Alexandra Rochi, ex-guerrilheira, se tornou combatente das FARC. Era muito jovem quando fugiu com os pais para San Vicente del Caguán dos paramilitares, exércitos para-estatais de extrema-direita com profundas ligações ao Estado e aos narcotraficantes. Ali foram recebidos e protegidos pelo comandante Mono Jojoy. Anos mais tarde, como contou à Voz do Operário, Alexandra decidiu tornar-se guerrilheira. “Ninguém nasce com genes de guerra mas às vezes há situações que te obrigam a pegar em armas. Eu sou vallecaucana, do ocidente do país, e quando era criança até queria ser polícia”, recordou. Mas a ex-guerrilheira diz que a “democracia colombiana” é sustentada “pela oligarquia de sempre” e que ser de esquerda naquele país significa “andar sempre debaixo da sombra de um caixão”.

Para além dos ‘falsos positivos’, têm sido assassinadas centenas de ativistas políticos e ex-guerrilheiros que confiaram nos acordos de paz assinados em Havana entre as FARC e o governo colombiano. Só este ano, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e para a Paz (Indepaz) já contabilizou 230 mortos, praticamente um por dia, e, desde 2016, já foram assassinados 228 ex-guerrilheiros das FARC. Mulheres e homens que confiaram num Estado que prometeu protegê-los e acabar com a perseguição política.

São números que provocam arrepios e que fizeram já com que muitos ex-combatentes das FARC se reorganizassem e se escondessem nas montanhas e selvas do país. Em poucos anos, regressam os tempos de chumbo em que ser de esquerda, para outros, significa escolher o caminho do exílio.

CINEMA



Vertov em rodagem

Show de realidade

Maria João Pereira

Numa tarde de Primavera em 1918, saiu Dziga Vertov de um comboio e dirigiu-se para casa. Ao longo do caminho permaneceram nos seus ouvidos os sons da chegada da locomotiva ao apeadeiro, o desacelerar da sua apressada marcha, a preparação da posterior partida, os juramentos de beijos entre quem ia e quem ficava, as exclamações, gargalhadas e assobios, as vozes, o sino da estação, o choro das separações, o crepitar do carvão. Afirmou anos mais tarde numa das suas reflexões que terá sido este o momento em que decidiu precisar de equipamento não para descrever, mas para gravar e fotografar tudo aquilo; impedir que tamanha preciosidade não corresse e desaparecesse com a passagem veloz do tempo – registar o visível.

Esta compreensão da inultrapassável magnitude *daquilo que é* e que por consequência *não pode ser outra coisa*, albergou e justificou a criação de uma série de 23

documentários (entre 1922 e 1925), levada a cabo pelos kinoks (do russo *kino* – cinema e *oko* – olho), grupo composto por Vertov, Svilova, Belyakov e Kaufman, que se apresentava enquanto laboratório para o desenvolvimento de um vocabulário cinematográfico e defendia que pelas suas especificidades, seria o cinema uma das formas de criação artística com mais condições de alcance social. A série acabou por resultar na produção escrita de alguns manifestos que numa vã tentativa poderíamos resumir enquanto uma ímpar apologia da potencialidade do real.

“O cinema (...) é a arte de imaginar os movimentos das coisas no espaço, respondendo aos imperativos da ciência, sendo a encarnação do sonho do inventor, quer ele seja cientista, artista, engenheiro, ou carpinteiro; ele permite realizar (...) o que é irrealizável na vida. (...) Desenhos em movimento. Esboços em movimento. Projectos de um futuro imediato. (...) Saudamos o fantástico regular dos movimentos. Levados pelas asas das hipóteses, os nos-

sos olhos, movidos por hélices, dispersam-se no futuro. Queremos a arte de organizar os movimentos necessários das coisas no espaço graças à utilização de um conjunto artístico rítmico conforme às propriedades do material e ao ritmo interior de cada coisa.” (Manifesto NÓS) Bem poderíamos propor que lembrássemos Vertov e os kinoks revisitando ou vendo pela primeira vez o *Homem com uma Câmara de Filmar* (*Человек с киноаппаратом*), impecável espelho do seu intento de fuga à ficcionalidade no cinema (que à época, tal como hoje, era desenhada à medida dos valores burgueses e elitistas que contribuíam para uma evidente alienação do espectador) – mas preferimos que funcione esta evocação como pequeno manifesto para a utilidade de nos tornarmos mais permeáveis à realidade quotidiana, à beleza e potencialidade dos actos simples que repetimos irreflectidamente um dia após o outro e que bem nos poderiam servir como alavanca para construirmos com as nossas mãos uma história colectiva de pleno desenvolvimento.

Construtores conscientes: que abandonam o aparente conforto dos mundos imaginados e imaginários, ficcionais, alheios, distantes – hoje omnipresentes, quanto mais não seja pelo número de horas a que nos expomos aos ecrãs, *reality-shows* e as suas manobras de entretido entropocimento – e abraçam a beleza concreta do dia que começa, das pessoas com quem nos cruzamos, dos cafés que bebemos com os vizinhos que ontem não conhecíamos mas podemos conhecer hoje, das idas ao mercado, das palavras trocadas nos transportes, no trabalho e no banco de jardim; dos jantares com amigos onde podemos pensar e traçar com régua e esquadro estratégias para um mundo diferente. Talvez seja este o minério extraível da proposta de Vertov. Afinal de contas também ele nos propôs um *reality-show*: mas não por entretenimento senão como hipótese de nos vermos de fora, como somos, e de podermos eventualmente intervir sobre isso.

Não se trata da anulação da forma poética da vida, como eventualmente poderia defender Platão, mas de revestir dela a realidade e *o que é possível* e de saber que moram no quotidiano as ferramentas para a sua transformação.

Sugestões culturais

O Brasil Contemporâneo e a Democracia



Reunir informação, conhecer, levar mais longe o questionamento da realidade: debruçando-se sobre o processo de aniquilação da democracia brasileira, que teve como marcos o golpe de 2016 e posterior eleição de Bolsonaro, o livro analisa o enclive em que o país se debate e problematiza respostas. Editado pelo Coletivo Andorinha, com a participação de investigadores brasileiros e portugueses.

Meninos das lágrimas
Mariana, a Miserável



O primeiro livro da ilustradora reúne vários trabalhos dedicado a uma temática inusitada e assinala assim 10 anos a desenhar a tristeza. “Trata-se de “um livro descomprometido sem texto, sem narrativa, só imagens desligadas umas das outras cujo único denominador comum é o choro”. Os desenhos originais estarão em exposição na Ó!Galeria, no Porto, até 14 de Outubro.

Miniconferências sobre Poder
LUCA



O que é o poder. Quem é que o tem e porque é que tê-lo é ter uma responsabilidade maior? O poder obriga, manda, influencia ou guia? Integrado no Ciclo Poder, dias 22 e 29 de outubro o teatro lisboeta dedicado aos mais novos recebe duas conferências ancoradas no universo da não-ficção, onde se procura apresentar o mundo e os seus discursos às crianças.

As mulheres da Câmara de Filmar
Ciclo de cinema - Medeia Nimas



Um ciclo de 12 filmes realizados por autoras fundamentais para a história do cinema e para a afirmação do(s) olhar(es) feminino(s) na sétima arte. Dorothy Arzner, Ida Lupino, Marguerite Duras, Agnès Varda, Larisa Shepitko, Chantal Akerman, Jane Campion, Kathryn Bigelow, Lucrecia Martel, Teresa Villaverde, Naomi Kawase e Laurie Anderson, são algumas das autoras “presentes”. A partir de 5 de Outubro.

A VOZ DO OPERÁRIO



Fotograma do documentário A Voz do Operário, de Miguel Costa.

Jornal operário com mais anos de publicação

Oito anos depois da formação do primeiro governo operário da história com a Comuna de Paris, as mulheres e os homens que defendiam os mesmos princípios e trabalhavam em Lisboa por meia dúzia de tostões na indústria tabaqueira decidiram lançar este jornal. Cumprem-se agora 141 anos do primeiro número daquele que é o tí-

tulo operário mais antigo do país em circulação. Como afirmou o sindicalista José Gregório de Almeida, em 1938, *A Voz do Operário* nasceu “da luta dos trabalhadores das fábricas de tabaco” face ao seu “esmagamento moral e material”, num tempo em que este era um dos setores operários mais “desgraçados”. Porque a imprensa generalista não lhes dava voz, um

grupo de trabalhadores mais conscientes percebeu a importância de terem o seu próprio jornal.

Quando em 1879, esses operários tabaqueiros se juntaram para se estrearem nesta publicação era já evidente a inspiração de Karl Marx nos movimentos operários que então se inflamavam na luta contra as miseráveis condições de vida a que se viam atirados pelo crescimento industrial que se fazia à custa das suas precárias existências.

O “espetro” do marxismo pairou também por Portugal e a primeira página de *A Voz do Operário*, em 14 de Outubro de 1879, assim o gravou: “a numerosa classe dos manipuladores do tabaco, despertando do letargo em que tem jazido e impelida pela necessidade, mestra da vida, fez um esforço supremo [...] para se levantar do abatimento moral que lhe sufoca as suas justas aspirações e sair do abismo para onde a sua ignorância e indesculpável inação a arremessaram”. Era clara a adesão do coletivo do jornal às doutrinas socialistas e aos seus propagandistas, que tinham em Karl Marx expoente máximo.

Um jornal com futuro

Durante as últimas décadas, às políticas de direita que conduziram à privatização da esmagadora maioria dos órgãos de comunicação social sucedeu-se a extinção de dezenas de títulos de imprensa e a concentração de quase todos os meios nas mãos de uns poucos grupos económicos e financeiros. Num mundo cada vez mais complexo, só a imprensa livre e democrática pode dar resposta ao recrudescimento do fascismo em todas as suas formas fazendo da verdade uma arma e dando voz às lutas de quem trabalha.

PUBLICIDADE

INSTITUCIONAL

INICIATIVA DE SOLIDARIEDADE COM A VOZ DO OPERÁRIO

4ª GALA DE FADO
DÁ VOZ DO OPERÁRIO
8 NOV.
15H

RESERVE JÁ

1.ª plateia.....**15 fados**
2.ª plateia.....**10 fados**
Galerias.....**7,5 fados**

ORGANIZAÇÃO
 A VOZ DO OPERÁRIO

21 886 2155
geral@vozoperario.pt
facebook.com/galadefado

A VOZ DO OPERÁRIO
Sociedade de Instrução e Beneficência

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do art.º 20.º, alínea c) dos estatutos, convoco todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, para a Assembleia Geral Ordinária, no próximo **12 de novembro, às 18 horas**, na sede da instituição, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Discussão e votação do plano de atividades e orçamento para 2021;
2. Outros.

Nota: Se à hora marcada para o início dos trabalhos não estiver presente o número legal de sócios, a Assembleia iniciar-se-á meia hora depois, de acordo com o disposto no art.º 22, ponto 1, dos Estatutos.

Lisboa, 1 de outubro de 2020
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Libério Domingues